

Feminismo negro no Brasil – Luta, empoderamento e fortalecimento das mulheres de forma coletiva.

Deborah Cutrim Penha Soares ¹, Daiana Maria Santos Sousa ² Rhêmora Ferreira da Silva Urzedá³

¹Departamento de Direito do Centro Universitário do Planalto Central
Apparecido dos Santos – (UNICEPLAC)
SIGA Área Especial para Indústria nº 02, Setor Leste – CEP: 72.445-020 –
Gama – DF – Brasil

²Departamento de Direito do Centro Universitário do Planalto Central
Apparecido dos Santos– (UNICEPLAC)
SIGA Área Especial para Indústria nº 02, Setor Leste – CEP: 72.445-020 –
Gama – DF – Brasil

As reflexões arguidas no editorial deram-se a partir da leitura e discussões acerca da temática no grupo de pesquisa “Mulher, Direitos Humanos e Políticas Públicas” do curso de Direito do Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac, no âmbito da linha de pesquisa: “gênero, poder e políticas públicas”, com o objetivo de demonstrar o percurso de engajamento na luta das mulheres por igualdade e liberdade, além da naturalização de ocupação de espaços sociais privilegiados como espaço para reivindicação e de diálogo para perfectibilização de direitos.

O feminismo nasceu da luta pela igualdade de gênero a fim de empoderar mulheres a exigirem o exercício de seus direitos de forma efetiva e inspirar a ocuparem mais espaços sociais. A frase de Simone de Beauvoir “não se nasce mulher, torna-se”, em 1949, manifestou o ideal de desconstrução social e cultural do ser mulher.

O feminismo brasileiro surgiu na década de 1970 como resistência à ditadura (SARTI, 2004, pág. 35). Observou-se que, as mulheres brancas predominavam inicialmente nesse cenário de luta, e embora houvesse mulheres negras no movimento, estas não se sentiam representadas, uma vez que ainda eram limitadas às suas funções domésticas, instigando assim, o anseio por um movimento que fosse a ponte para a extinção do contexto segregacionista (PINTO, 2010).

Nos Estados Unidos discorre Davis (2013), que as mulheres negras lutavam pelo fim da escravidão da mesma maneira que protestavam pelo direito ao sufrágio nos movimentos feministas brancos. Todavia, após a abolição do período escravocrata, estas acabaram excluídas e alvo de opressão resultando na dissensão do feminismo estadunidense, entre feminismo branco e negro.

No Brasil, o feminismo negro ganha força no final da década de 70 na luta pelos direitos políticos das mulheres, sendo que após o impulsionamento da terceira onda feminista em 1990, as críticas mostraram que o discurso universal do movimento era supressivo, ocasionando na essencialidade de criar uma vertente que discutisse o gênero, com recorte de raça e classe social. (DJAMILA, 2018).

As mulheres negras já iniciam sua trajetória na escola visualizando o seu papel no contexto histórico reduzido à escravidão, sendo muitas vezes alvo de piadas inerentes ao seu cabelo ou cor da pele (DJAMILA, 2018), além de

constantemente ser imposto um enquadramento em um padrão estético que as fazem acreditar que a “negritude” é inimiga da beleza esperada (CARNEIRO; FERREIRA, 2014).

Partindo deste prisma, vislumbra-se uma perfeita interlocução dialógica com Bourdieu, em seu livro “A Dominação Masculina” em que conceitua o que chama de “violência simbólica” como aquela que, devido a construção social, é naturalizada pela vítima. Logo, é notório que historicamente a mulher negra tentou se encaixar no padrão eurocêntrico socialmente construído como referencial para ser aceita, perdendo sua essencialidade, subjetividade e características naturais, o que demonstrou a importância do feminismo negro que de forma coletiva instrumentalizou o debate de combate à opressão sofrida pelas mulheres negras.

O enegrecimento do feminismo atua de forma coletiva como um grande marco na caminhada das mulheres negras que vem se posicionando e ocupando espaço social, para contenção do racismo e discriminação social, fator reprodutor de desigualdades vivenciadas por estas no Brasil que as fazem ocupar o maior índice de desigualdade social. Em vista disso, o feminismo negro vem fortalecendo a luta das mulheres que nele são representadas, constituindo maior protagonismo, promovendo diálogos para enegrecer as reivindicações femininas, construindo um processo de “feminização das propostas e reivindicações do movimento negro” (CARNEIRO, 2003).

Um exemplo do crescimento dessa visibilidade foram as eleições municipais que ocorreram no dia 15 de outubro de 2020 demonstrando um avanço da participação das mulheres negras na política, elegendo 8 vereadoras negras em grandes capitais, como São Paulo, Rio de Janeiro, dentre outras, e solidificando que, embora o caminho seja árduo, e as mulheres negras ainda sejam minoria neste cenário, estas vem sendo representadas através de outras que levantam a bandeira do enfrentamento a essas desigualdades, conquistando seu espaço e inspirando a resistência nessa luta. (IG DELAS, 2020)

Assim, a percepção das violências naturalizadas contra as mulheres negras fortalece o movimento feminista negro, e abre espaços de falas reivindicatórias de suas garantias, uma vez que o reconhecimento da relação entre gênero, classe e raça viabiliza a criação de políticas públicas que tendem a diminuir essas disparidades existentes, reflete na sociedade, representa outras mulheres através da troca experiências e consagra novos meios e instrumentos de intervenção.

REFERÊNCIAS

SARTI, Cynthia Andersen. (2004). O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. Estudos Feministas. Pág. 35. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23959.pdf>, acesso em 09.11.2020

PINTO, Giselle. Situação das mulheres negras no mercado de trabalho: uma análise dos indicadores sociais. Anais. p. 1- 16, 2016. Disponível em:

<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1486/1451>. Acesso em: 05.11.2020.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. Revista de Sociologia e Política, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf> . Acesso em: 07.11.2020.

DAVIS, Angela. (2013). Mulheres, raça e classe. Tradução Livre. Plataforma Gueto. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4248256/mod_resource/content/0/Angela%20Davis_Mu

[lheres%2C%20raca%20e%20classe.pdf](#) acesso em 06.11.2020

RIBEIRO, Djamila (2018). Quem tem medo do feminismo negro. Companhia das letras. Pág. 6-13.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Racismos contemporâneos. Disponível em:

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375003/mod_resource/content/0/Carneiro Feminismo %20negro.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375003/mod_resource/content/0/Carneiro_Feminismo%20negro.pdf). Acesso em: 03.11.2020

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. Estudos Avançados, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf> acesso em: 13.11.2020

CARNEIRO, Anni de Novais. FERREIRA, Sílvia Lúcia. Padrões de beleza, raça e classe: Representações e elementos identitários de mulheres negras da periferia de Salvador-BA.

2014. Disponível em:

<http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/2136/718>. Acesso em: 05.11.2020

sem autor: Mais mulheres negras na política: conheça oito vereadoras recém eleitas. IG

DELAS, 2020. Disponível em: <https://delas.ig.com.br/comportamento/2020-11-16/mais-mulheres-negras-na-politica-conheca-oito-vereadoras-recem-eleitas.html>. Acesso em: 19 Nov 2020.